

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14536129>

Educomunicação: um campo essencial na construção de uma nova sociedade

Érica Daiane da Costa Silva
erica_daiane@hotmail.com

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios e Pós-Graduada em Ensino da Comunicação pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Resumo

No Brasil têm crescido os estudos e experiências que ratificam a potencialidade da comunicação e da educação nos processos de transformação social. Estas áreas são essenciais na formação política de uma sociedade e devem contribuir para seu desenvolvimento. No entanto, tem se verificado certa distância entre a teoria e o exercício prático dessas duas áreas, sobretudo no que concerne ao papel do Estado. Este artigo pretende discutir a contribuição da educação e da comunicação na conjuntura atual da sociedade brasileira, destacando o surgimento das novas tecnologias e de um campo de intervenção social: a educomunicação.

Palavras-chave: Novas tecnologias. Educomunicação. Desenvolvimento Social.

Introdução

Muitos teóricos e ativistas da luta pela Democratização da Comunicação aportam-se à necessidade de se pensar outro modelo de Comunicação para o Brasil. Tal necessidade parte da discordância com o modelo vigente, devido aos moldes pouco democráticos que norteiam o fazer comunicativo tanto no âmbito dos meios de comunicação quanto nas estruturas públicas como um todo. Paralelamente a isso, faz-se necessário pensar também o sistema educacional existente hoje no país, considerando que a escola deve exercer uma função social para além “do ensinar a ler e a escrever” e contribuir com a formação de sujeitos sociais críticos.

Na sociedade contemporânea, a comunicação de massa, a comunicação popular e comunitária são, juntamente com a educação, responsáveis pela formação política, social e cultural de toda a população. Para Guareshi (2004), os meios de comunicação são indispensáveis na criação, transmissão, mudança, legitimação e reprodução das culturas. Já Soares (2003) fala da inter-relação entre a comunicação e a educação, resultando em um novo campo teórico-prático de intervenção social, a educomunicação, colocada pelo autor como “caminho para a cidadania”.

A contribuição das novas Tecnologias da Informação e Comunicação

A comunicação interpessoal configura-se como elemento imprescindível nos ambientes sociais. Neste início de século, verifica-se o crescimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), apontadas como importantes instrumentos de mediação das relações humanas e de construção do conhecimento. Nesse sentido, a construção de uma nova estrutura social – que tem por base uma educação formadora de indivíduos conscientes e uma comunicação realmente democrática – passa também pela utilização da tecnologia como elemento essencial nesse processo.

A educação formal pouco tem aproveitado as possibilidades oferecidas pelas inovações proporcionadas pela tecnologia. Percebe-se que é preciso aprofundar a discussão quanto ao uso adequado das TICs, uma vez que é comum, por exemplo, ter nas escolas equipamentos eletrônicos subutilizados (como televisores, aparelho de DVD, computadores etc.).

No entanto, faz-se necessário destacar que existem muitas experiências positivas que comprovam a eficiência do uso desses instrumentos em favor da educação. Faltam, porém, ações concretas por parte dos governos no sentido de garantir políticas públicas, tomando por base as experiências já existentes, tanto no espaço institucional da escola como no âmbito das organizações sociais que têm apostado na educação e comunicação como estratégia de mobilização.

A comunicação ainda não é abordada como conteúdo transversal na educação formal e para que isso aconteça é preciso que a escola conheça o modo de produção da comunicação e o uso educativo que pode ser feito das TICs. É preciso, portanto, investir em formação docente, visto que a ausência da formação técnica e, principalmente, da formação política de professores, sobretudo do ensino básico, tem sido um dos maiores entraves para o exercício crítico do magistério.

A ausência desta formação implica, por exemplo, uma perspectiva equivocada de inclusão digital que é trabalhada (quando é) nos espaços de educação formal, uma vez que nem sempre há plena consciência do viés educativo do uso das novas tecnologias. Na lógica da democratização da comunicação, a inclusão só acontece a partir da tomada de consciência dos sujeitos quanto à utilização da comunicação (nesse caso, especificamente de seus meios) como estratégia de organização e desenvolvimento social.

As experiências de comunicação e educação que se dão nos espaços informais, por sua vez, se processam justamente com base nesta tomada de consciência, à medida que o indivíduo compreende o poder dessas áreas no processo de transformação social. Se no contexto das duas áreas há uma relação entre a teoria e a prática, se há uma intervenção social e uma reflexão sobre esta prática, segundo Soares (2003), pode-se apontar a existência de experiências educacionais.

A educomunicação como campo de intervenção social

A escola tradicional tem se distanciado do cumprimento de seu papel enquanto propulsora de uma educação libertadora, que, conforme definia Paulo Freire, está ancorada na relação dialógica entre educador/a e educando, os quais, juntos, irão construir o conhecimento. A comunicação social não se difere de tal realidade, uma vez que também não tem exercido a função social que lhe é atribuída, desconsiderando a própria condição de direito humano.

É com base nessas constatações que passa a existir a contraposição dos modelos de se comunicar e educar. Isso justifica, por exemplo, a existência de uma comunicação hegemônica e uma comunicação alternativa, bem como uma educação convencional e uma prática educativa diferenciada. De modo geral, a contra-hegemonia surge dos movimentos sociais que, preocupados com a emancipação popular necessária à mudança da sociedade, passam a propor formas de sensibilização. Tal sensibilização faz-se necessária porque parte-se da ideia de que o modelo dominante aliena os indivíduos, na perspectiva de garantir a aceitação do que lhes é imposto.

Os meios de comunicação, teoricamente, divulgadores da informação de qualidade, isenta e preocupada com o bem estar social, na prática, não cumprem por completo esta função. Dessa insatisfação com a mídia “oficial” surge a mídia “alternativa”. De acordo com os estudos de

Lorenzon (2009, p. 20), o termo mídia alternativa, inicialmente, aparece “associado à radiodifusão comunitária, como opção aos processos hegemônicos de comunicação, e possui, portanto, relação com a democracia”. Entretanto, nem toda mídia que se apresenta como alternativa à mídia convencional está comprometida com os processos comunicativos horizontalizados. É preciso ressaltar que as características da comunicação comunitária devem ser consideradas no sentido de garantir que a população possa ser tanto receptora quanto produtora/emissora de informação. Assim, a mídia contra-hegemônica, que compreende uma gama de possibilidades de se fazer comunicação, insere-se em um novo modelo proposto no qual deve haver, de fato, a valorização da diversidade sócio-cultural e dos princípios democráticos que devem estar expressos nas formas de construção coletiva.

Diante da realidade da comunicação brasileira, há uma urgência em repensar as formas de se fazer comunicação, atentando para sua função inegavelmente educativa. Surge então um campo de estudo e de intervenção social – o qual estudiosos da comunicação e da educação chamaram de educomunicação – que propõe o engajamento consciente dos indivíduos na estrutura social a qual pertencem.

Este novo campo propõe-se a refletir acerca do uso das tecnologias, a fim de estimular a utilização das mesmas em prol de uma real democratização e não em favor da reprodução de um sistema alienante e opressor. Para Soares (1996), a prática educomunicativa configura-se como um espaço de discussão e cidadania, e assume posição estratégica na organização social. É, portanto, uma forma de enfrentamento às estruturas que manipulam a opinião pública em favor da difusão de uma ideologia dominante, ou seja, em favor dos valores socioculturais e do poder econômico de uma minoria.

A educomunicação coloca como indispensável, de imediato, a necessidade de educar os cidadãos para a recepção crítica e ativa. Para isso, é necessário o incentivo à leitura crítica dos meios e à produção e difusão de conteúdos que fujam à regra dos veículos de comunicação convencionais. Uma discussão que já vem sendo feita há algum tempo alerta também para a necessidade da inovação pedagógica no âmbito da educação formal, atentando para a existência das novas tecnologias da informação que se multiplicam a cada dia.

O advento das novas tecnologias, de acordo com Jesus (1986), possibilita transformar toda a prática da comunicação social, mudança essa que, por extensão, envolveria os currículos escolares, as instituições educacionais formadoras dos profissionais, os projetos desenvolvidos nos cursos, os sindicatos e mesmo o exercício prático das profissões. Isso teria reflexo na cultura, na livre expressão, na defesa dos interesses e nos direitos humanos. Entretanto, para que isso ocorra é essencial a mobilização dos diversos setores da sociedade com esse propósito de promover o exercício da cidadania e, conseqüentemente, a existência de uma sociedade livre de desigualdades e opressões.

Nesse sentido, muitas iniciativas têm legitimado a eficácia desse campo teórico-prático, proporcionando a existência de um fenômeno que Soares (2003) chama de “ecossistemas comunicativos”. O mesmo autor, na obra *Sociedade da informação ou da comunicação?*, descreve o amplo e importante alcance deste novo campo:

Às correntes de fundamentação psicossocial e cultural soma-se a vertente política que aponta para a necessidade de esclarecer a população sobre a importância de democratizar os recursos e instrumentos de comunicação, caso se queira preservar a democracia em outros campos da vida social. Não se está falando de outra coisa senão de educação para cidadania. (SOARES, 1996, p. 58).

Anna Penido, no texto *Educação pela Comunicação*, aborda a observação crítica, a experimentação, a interatividade, a inclusão, a criatividade, a cooperação e a participação como exemplos de princípios fundamentais dessa prática que, para a autora, constitui-se em uma metodologia de ensino-aprendizagem. Penido (2008, p. 49) pressupõe a existência de quatro etapas essenciais nesse processo: preparação, planejamento, produção e disseminação. Essas ações geram impactos na vida social das pessoas e das comunidades que, uma vez mobilizadas,

[...] mostram-se mais participativas, críticas e pró-ativas em torno de questões do seu interesse; valorizam e lidam melhor com a diversidade e as ações de caráter coletivo e possuem maior nível de criticidade, acesso e apropriação em relação às tecnologias e os meios de comunicação.

A juventude é considerada um público potencial com o qual podem ser desenvolvidas experiências de educomunicação. Entretanto, não há restrição para a execução de tal atividade, pois a intenção é desenvolver atitudes e comportamentos, habilidades e conhecimentos a partir das diversas formas de exercer o direito à comunicação.

Conclusão

Quer seja no espaço formal ou nos ambientes informais, a educomunicação deve ser entendida como campo capaz de formar politicamente sujeitos e comunidades para o exercício consciente da cidadania. Seja por intermédio da leitura crítica dos meios, da produção de programas de rádio, peças publicitárias, espetáculos teatrais, informativos impressos, *blogs*, fotografias, entre tantas outras formas de expressão, ou ainda a partir de modelos de gestão democráticos e sistemas de livre difusão dos conteúdos produzidos, a educomunicação caracteriza-se pela geração de processos de mobilização social.

O que realmente deve ser considerado na prática educacional deve ser o compromisso com a transformação dos modelos atuais de se comunicar e educar. É preciso que haja interesse e iniciativa daqueles/as que, de fato, acreditam em um sistema educacional libertário e em uma comunicação livre, verdadeiramente democráticos, capazes de promover o exercício pleno da cidadania.

Referências

GUARESCHI, Pedrinho A. A realidade da comunicação – visão geral do fenômeno. In: _____. (Coord.). Comunicação e controle social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

JESUS, Antônio Carlos de. Educação e novas tecnologias. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). Comunicação e educação: caminhos cruzados. São Paulo: Loyola, 1986.

LORENZOM, Adriane. Poder local no ar: municipalização das rádios comunitárias e fortalecimento de esferas públicas locais no Brasil. Brasília: Abravideo, 2009.

PENIDO, Anna. Educação pela comunicação. In: Caderno preparatório para a 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia. Salvador: Egba, 2008.

SOARES, Ismar de Oliveira. Sociedade da informação ou da comunicação? São Paulo: Cidade Nova, 1996.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e cidadania: a construção de um campo a partir da prática social. In: PERUZZO, Círcia Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira de (Org.). Comunicação para a cidadania. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003.